



2018/10/21

Sobre a necessidade e viabilidade de uma excisão lusófona do regime Bolivariano

Miguel Nunes da Silva¹ e João Teixeira de Freitas²

O princípio primordial que deve guiar qualquer destacamento militar é o da proteção e promoção do interesse nacional. Entende-se por isto a preservação da soberania nacional e a prossecução do melhor proveito dos nacionais em matérias de segurança, de economia e de qualquer outro imperativo de ordem pública.



Forças militares nacionais estão atualmente destacadas em 10 teatros de operações, excluindo a cooperação técnico-militar com a Lusofonia: trata-se das missões comunitárias EUNAVFOR ATALANTA, EUTM SOMALIA, EUTM MALI, EUTM RCA e EUNAVFOR MED, das forças da NATO KFOR, OSG, RSM, NATO *Assurance Measures* e *Baltic Air Policing*, as operações da ONU MINUSMA, MINUSCA e UNMCOL, e a operação multilateral no Iraque CJTF OIR que simplesmente falhou em obter o aval institucional, quer da ONU, quer da NATO.

É importante compreender que para além de soldados e técnicos, estes destacamentos envolvem meios navais e aéreos nacionais de primeira ordem, como as nossas fragatas e caças.

Tais missões são indiscutivelmente cruciais pois quem poria em dúvida a centralidade da Lituânia ou da República Centro-Africana para os interesses comerciais nacionais ou para a segurança das comunidades Portuguesas?...

No entanto, durante a última década, o interesse nacional tem-se deteriorado direta e progressivamente num estado aonde os nossos nacionais e investimentos comerciais têm sofrido, mais do que em qualquer outra parte do mundo.

¹ Miguel Nunes Silva é licenciado em Relações Internacionais na vertente Segurança e Informações pela Universidade de Lisboa e é mestre em Estudos Europeus pelo Colégio da Europa em Bruges. Membro da consultora Wikistrat Inc., trabalhou previamente no Tribunal Penal Internacional, na unidade de controlo de armamentos do Serviço Europeu de Ação Externa e na Organização para a Proibição de Armas Químicas. Contribuiu ocasionalmente para *O Observador*, *The National Interest* ou *Small Wars Journal*.

² João Teixeira de Freitas é mestre em Relações Internacionais, com especialização na vertente de Políticas de Segurança e Informações pela Universidade de Lisboa. Atualmente consultor na empresa britânica SAMGarde, trabalhou no Estado Maior da Força Aérea chefiando o Sector Operacional da Unidade de Apoio de Lisboa e antes disso foi investigador no Observatório de Segurança Humana. Colabora ocasionalmente com universidades tais como Oxford, LSE, e a Nova de Lisboa dando palestras sobre *intelligence* e segurança operacional no contexto de organizações e operações internacionais e, ainda, organizando exercícios de gestão de risco e resposta a crises no contexto da decisão estratégica e da análise de informações.

Num paralelo infeliz com o destino dos Retornados, a comunidade portuguesa da Venezuela tem sido deixada à sua sorte.

Ainda nos primeiros anos da era Chavez, a saída dos investimentos norte-americano e espanhol, facilitou a negociação de uma posição comparativamente privilegiada dos interesses portugueses. Havia também o potencial para um alinhamento comercial venezuelano com o Brasil, facilitando um posicionamento Euro-Sul-Americano que favorecesse os blocos comerciais dos quais Portugal e os portugueses faziam parte, seguindo o afastamento de Caracas da esfera comercial norte-americana – e assim justificando uma aproximação diplomática de Lisboa à influência sino-russa.

Casus Belli

Porém, não só as políticas económicas de Caracas se provaram catastróficas, invalidando qualquer ganho português, como a subsequente concentração do poder político levou a um desgaste das instituições e a uma deterioração das liberdades cívicas e direitos humanos, deixando a comunidade de cerca de milhão e meio de portugueses e descendentes, gradualmente oprimida.

O desaire do regime Bolivariano na Venezuela também tornou Caracas ainda mais dependente de estados aliados como Cuba, Rússia e China, mas sem ganho visível para aqueles que não têm a massa crítica para extrair concessões privilegiadas das vulnerabilidades Venezuelanas, como é o caso de Portugal.

Com o advento do êxodo de refugiados económicos e políticos da Venezuela, a situação do estado caribenho ultrapassou todos os limites do razoável para o interesse nacional português, agora ameaçando a estabilidade política e económica de parceiros tão próximos de Lisboa como o Brasil.

Sem ganhos visíveis, com prejuízos cumulativos consideráveis, tanto económicos como securitários e ainda humanitários, e com o potencial de maiores danos a prazo, a responsabilidade do Estado Português para com os seus cidadãos vê-se assim gravemente ferida. Por conseguinte, o único justificativo possível para a ausência de ação nacional contra Caracas estaria relacionado com meios limitados para atingir os fins necessários: a remoção do regime Bolivariano e a implantação de um regime favorável aos interesses comerciais de Portugal, assim como às liberdades cívicas e à segurança da comunidade Portuguesa.

Um Arco Atlântico

Lisboa deve agora virar-se para Brasília e exercer pressão para uma intervenção conjunta contra Caracas. Tal intervenção seria favorecida por vários fatores:

- A preponderância de meios e preparação conjuntos das Forças Armadas Portuguesa e Brasileira, assim como uma relativa experiência de coordenação entre as duas em exercícios militares da CPLP e na intervenção em Timor-Leste;
- A ampla disponibilidade de quadros para a formação de um corpo militar de intervenção na Venezuela entre os milhões de refugiados, tal como a possibilidade de obtenção de informação privilegiada sobre as vulnerabilidades do regime;
- A vulnerabilidade tática do território venezuelano a uma intervenção brasileira dada a sua exposição terrestre e marítima;
- A vulnerabilidade financeira de Caracas impedindo um financiamento sustentável de um esforço de guerra contra uma coligação externa;

- A ausência de moral nas forças do regime para sustentar uma guerra fratricida e um regime ruinoso e, vice-versa, a determinação de um corpo de refugiados treinados para derrubar um regime opressor e incompetente.

Para tal intervenção ser diplomaticamente viável, ela teria de ser liderada pelo Brasil e ter apoio multilateral. Uma iniciativa da potência regional com apoio internacional constituiria uma dissuasão à resistência de atores como a Rússia e a China, na antecipação de preponderância militar e política. Portugal e Colômbia seriam os aliados naturais de Brasília em tal esforço. Por outro lado, por razões históricas e políticas, seria prudente deixar de parte os EUA e Espanha, possivelmente vistos como lesivos da soberania venezuelana, e não como intervenientes neutrais.

Paralelos com intervenções falhadas como o Vietname ou as intervenções ocidentais no Médio Oriente não têm cabimento: a Venezuela não é um estado frágil sem coesão étnica ou territorial, não teria apoio de uma potência regional preponderante mas sobretudo, o objetivo de derrube do regime Bolivariano teria como consequência direta o florescimento económico e o benefício geral da população venezuelana nas zonas controladas pelas forças aliadas – algo objetivamente inalcançável sem elas.

Um aspeto interessante é a própria geografia do território venezuelano o qual deixaria como último bastião do regime a área metropolitana de Caracas e regiões em seu redor, sendo que o território mais acidentado e difícil de transpor seria precisamente o primeiro a cair em mãos aliadas; nomeadamente, a sul do rio Orinoco e a ocidente do lago Maracaíbo.

Força Expedicionária Portuguesa

As Forças Armadas Portuguesas não estão em posição de intervir com meios terrestres para uma tal operação a não ser para auxiliar o Brasil a defender a sua fronteira. O Exército Brasileiro, o exército Colombiano e uma formação de expatriados Venezuelanos teriam que fornecer as fundações da força de intervenção. Portugal estaria em posição de fornecer caças-bombardeiros F-16A e aeronaves de vigilância e reconhecimento P3C, destinados a operar a partir de bases brasileiras como Boa Vista ou Uaupes.

No geral, e considerando os empenhamentos atuais das Forças Armadas Portuguesas, o apoio aéreo seria a via de intervenção militarizada mais adequada ao potencial militar português. Não obstante, e considerando os empenhamentos do P-3C no Mediterrâneo, as devidas diligências diplomáticas junto da U.E. e, em particular, da NATO, teriam de ser tomadas para poder alocar esse meio a um teatro de operações essencialmente controverso.

O F-16 MLU, enquanto aeronave *multi-role* e com capacidades de deteção de alvos aéreos e terrestres a longas distâncias, assim como de operação em condições meteorológicas adversas, e inclusive de dia ou de noite mantendo a eficácia máxima, seria uma aeronave de apoio operacional fundamental e, se necessário, de interceptação e combate aéreo. Uma ferramenta perfeita para as necessidades de uma intervenção desta natureza, em particular se considerarmos as condições topográficas e geoclimáticas do teatro operacional – assim como a necessidade provável de luta aérea tanto defensiva como ofensiva.

O P-3C CUP+ conjugaria eficazmente com os F16MLU, dadas as capacidades inerentes a esta atualização do P-3: um alcance de voo de mais de 9000 km e um raio de ação das capacidades *onboard* de busca, vigilância e reconhecimento de quase 4000 km. Ademais, e contando com o apoio AA de forças brasileiras, assim como apoio aéreo adicional das mesmas, poderia ser feito usufruto das capacidades

de guerra anti superfície desta aeronave, eliminando pistas de atividade aérea, aeronaves em terra, hangares, pontos de manutenção, escoltas e linhas logísticas. Acresce ainda a possibilidade de usar a eletrónica avançada, e mais segura contra a intrusão inimiga (devido à antiguidade digital desta aeronave), para fazer a necessária interface de *intel* operacional no terreno com as forças navais destacadas.

Ademais, considerando a necessidade de sabotar e incapacitar as potencialidades militares de forças ainda leais ao governo, esta aeronave, em conjugação com os F-16 MLU, os ativos brasileiros aéreos para reforço e apoio, e ainda os terrestres com capacidade AA e de intervenção especializada (incluindo batalhões treinados como “tropa de montanha”), serve efetivamente um propósito fulcral.

De salientar igualmente a existência de um histórico de doutrina operacional, assim como de treino de coordenação e cooperação, estabelecido entre Portugal e o Brasil através de diversos exercícios internacionais, alguns dos quais conduzidos no nosso território, tais como o FELINO (que junta os membros da CPLP). Neste exercício, treinam-se precisamente a liderança e gestão de operações desta natureza – intervenções militarizadas nas quais é necessário coordenar ramos de propósito similar entre diversos países, assim como a atividade dos mesmos com outros ramos (exércitos e marinhas, nomeadamente).

Estes exercícios abordam também a dinâmica humanitária, o interface política, a diplomacia e a necessidade de salvaguardar o interesse civil, pelo que qualquer argumento que procurasse desacreditar o potencial sucesso de uma operação conjunta e coordenada entre Portugal e Brasil devido a falta de experiência ou amadorismo, seria pouco rigoroso.

Convém igualmente sublinhar a extrema preparação das nossas forças especiais, tanto dos Comandos como Fuzileiros e ainda o NOTPF da Força Aérea, para agir como unidades de sabotagem, apoio ou ainda de defesa ativa e proteção da força, especificamente em “zonas quentes” como seria o caso deste potencial teatro de operações. Os nossos ativos aéreos, e os brasileiros (em particular helicópteros de transporte e extração), poderiam ter o apoio de pelotões destas forças na incursão no território alvo, levando a cabo a defesa ativa sempre que fosse necessário aterrar aeronaves, efetuar voos baixos ou, ainda, se se provasse necessário estabelecer bases operacionais dentro do território alvo.

De qualquer forma, tais forças seriam sempre úteis devido ao profundo conhecimento, preparação técnico-militar e ainda psicológica para a tipologia do cenário em questão. Por exemplo, o NOTPF tem uma vasta gama de capacidades e conhecimentos sobre proteção de aeronaves em missão, sabendo também como infiltrar, sabotar e incapacitar áreas de operação inimiga que alberguem semelhantes recursos ou capacidades.

Outra vantagem competitiva que Portugal poderia trazer a uma tal coligação seriam os seus submarinos da classe U 209 PN, que seriam os mais avançados da coligação.

Finalmente, fragatas portuguesas da classe MEKO 200 e da classe Karel Doorman, assim como patrulhas da classe NPO2000, poderiam auxiliar na imposição de um bloqueio naval liderado por uma frota brasileira, a qual seria coadjuvada pelo P-3C CUP + dado o supramencionado potencial de vigilância e deteção, assim como as suas capacidades de guerra anti-submarina.

Não intervir na Venezuela seria irresponsável e incompetente da parte do Governo Português. Em nenhuma outra instância internacional, tem Portugal a necessidade e os meios para intervir de forma decisiva como na Venezuela. Perpetuar a atual

perspetiva estratégica seria dar prioridade ao acessório em detrimento do essencial. Seria igualmente perspetivar a comunidade lusófona como um estatuto diplomático, ao invés de um grupo de futuro na nossa política externa, e um grupo no qual devemos, efetiva e eficazmente, investir os nossos recursos e as nossas capacidades nacionais de projeção e apoio.